



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UnB
INSTITUTO DE CIÊNCIA POLÍTICA – IPOL

**INFLUÊNCIA DO CENÁRIO POLÍTICO NO COMPORTAMENTO
ELEITORAL: O CASO DAS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL.**

Mayrla Macena Carvalho de Menezes

MONOGRAFIA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Brasília - DF

2019

MAYRLA MACENA CARVALHO DE MENEZES

**INFLUÊNCIA DO CENÁRIO POLÍTICO NO COMPORTAMENTO
ELEITORAL: O CASO DAS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Ciência Política do Instituto de Ciência Política, da Universidade de Brasília – UnB, como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Ciência Política.

Orientador: professor Frederico Bertholini.

Brasília – DF

2019

MAYRLA MACENA CARVALHO DE MENEZES

**INFLUÊNCIA DO CENÁRIO POLÍTICO NO COMPORTAMENTO ELEITORAL: O
CASO DAS ELEIÇÕES DE 2018 NO BRASIL.**

Esta Monografia foi julgada e aprovada para obtenção do título de Bacharel no curso de
Ciência Política da Universidade de Brasília (UnB).

Brasília, 31 de julho de 2019.

Prof. Graziela Dias Teixeira

Coordenadora do Curso de Ciência Política

Prof.

Prof.

RESUMO

Este trabalho teve como objetivo analisar o cenário político brasileiro de 2018, em um contexto no qual um candidato de direita e conservador foi eleito presidente da República após mais de uma década com o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, a fim de verificar se esse fenômeno traduz um realinhamento ideológico da população brasileira. Por meio do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) e do Brazilian Legislative Survey (BLS), foi possível analisar o comportamento do eleitor e dos parlamentares nas legislaturas de 2010, 2014 e 2018, mais especificamente suas preferências ideológicas e níveis de conservadorismo e como estes influenciam na escolha do voto. Os dados mostraram um eleitorado com baixa identificação ideológica e altamente conservador, com o nível de conservadorismo explicando mais o voto e o comportamento do eleitor que o auto posicionamento ideológico. Portanto, não se pode afirmar que há uma onda conservadora no Brasil, mas sim que a eleição de Jair Bolsonaro significa que houve uma oferta para um público que já existia em um eleitorado que se mostrou altamente conservador.

Palavras-chave: Eleições. Ideologia. Conservadorismo. Voto. Bolsonaro.

ABSTRACT

This paper aimed to analyze the Brazilian political scenario of 2018, in a context in which a conservative right-wing candidate was elected president of the Republic after more than a decade with the ruling Partido dos Trabalhadores (PT) in power, in order to verify this phenomenon an ideological realignment of the Brazilian population. Through the Brazilian Electoral Study (ESEB) and the Brazilian Legislative Survey (BLS), it was possible to analyze the behavior of voters and parliamentarians in the 2010, 2014 and 2018 legislatures, more specifically their ideological preferences and levels of conservatism and how they influence in choosing the vote. The data showed a lowly ideological identification and highly conservative electorate, with the level of conservatism explaining voting and behavior rather than ideological self-positioning. Therefore, it cannot be said that there is a conservative wave in Brazil, but rather that the election of Jair Bolsonaro means that there was an offer to an public that already existed in a highly conservative electorate.

Keywords: Elections. Ideology. Conservatism. Vote. Bolsonaro.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
1.2 JUSTIFICATIVA.....	12
2 REVISÃO DA LITERATURA.....	13
3 METODOLOGIA.....	25
4 RESULTADOS.....	27
5 CONCLUSÃO.....	36
6 REFERÊNCIAS.....	40

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Posições dos partidos políticos brasileiros no espectro ideológico segundo resultados de <i>experts surveys</i> e da média do autoposicionamento ideológico dos parlamentares (adaptado)	17 e 18
Quadro 2 – Anova do auto posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro nos anos 2010, 2014 e 2018	28 e 29
Quadro 3 – Auto posicionamento ideológico e nível de conservadorismo do eleitorado brasileiro nas eleições de 2018	30 e 31
Quadro 4 – Intenções de voto nas eleições de 2018 (com e sem lula)	34

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Composição câmara dos deputados (2019)	15 e 16
Figura 2 – Auto posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro nos anos 2010, 2014 e 2018	28
Figura 3 - Auto posicionamento ideológico e nível de conservadorismo do eleitorado brasileiro nas eleições de 2018	32
Figura 4 - Auto posicionamento ideológico da câmara dos deputados nos anos 2011, 2015 e 2019	33

1 INTRODUÇÃO

O contexto político é essencial para entender o comportamento dos agentes. Eleitores que antes seguiam determinada linha ideológica, podem se identificar com um discurso oposto ao que defendiam, dependendo da forma em que suas percepções e necessidades estão sendo afetadas pelo mundo exterior. Tal mudança não implica, obrigatoriamente, que o eleitor passou a simpatizar com uma ideologia diversa àquela defendida originalmente, mas que circunstâncias eleitorais o fizeram dedicar seu voto a um partido ou candidato antes desconsiderado. Isso implica que, embora mudanças nas preferências ideológicas predominantes aconteçam, é preciso investigar se são, necessariamente, elas que causam a alternância de poder, ou se fatores diversos podem ter influência determinante sobre o resultado de eleições.

Observando eleições recentes, é possível perceber que houve uma onda de candidatos de direita conquistando cargos presidenciais ao redor do mundo. Pessoas que antes costumavam votar em partidos de esquerda, foram motivadas a votar em partidos que defendem pautas de direita. A partir daí, pode-se afirmar que houve um deslocamento em massa do eleitor para a direita do espectro ideológico? Ou que outros fatores influenciaram na tomada de decisão e fizeram com que o eleitor não permanecesse fiel a um discurso apenas em prol de sua ideologia? É fato que candidatos da direita chegaram ao poder. Foi o que aconteceu no caso dos Estados Unidos em 2016, com a eleição de Donald Trump, do partido republicano, substituindo Barack Obama, do partido democrata. Em 2017, a conservadora Marine Le Pen, da Frente Nacional (FN) na França, ficou em segundo lugar em sua candidatura à presidência, representando um alto crescimento de eleitores da extrema-direita no país. E em 2018, no Brasil, com a eleição de Jair Messias Bolsonaro, do Partido Social Liberal (PSL), à presidência da República, quebrando um ciclo de quase duas décadas com o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder.

Os exemplos citados traduzem a ascensão de políticos da extrema direita como um fenômeno global e representam uma grande mudança no comportamento eleitoral em comparação com eleições anteriores. Movimentos e partidos defensores de pautas de direita ganharam força por meio de um discurso que atraiu cidadãos afetados por um contexto político específico. Tal contexto possui diversas variáveis determinantes e que são percebidas de forma mais ou menos acentuada de acordo com o perfil do eleitor. Diversos fatores além da preferência ideológica podem pesar na hora da escolha do voto, como a reputação do

governo, as condições econômicas e a associação do eleitor a determinados grupos, como classes sociais, religião, gênero (Rennó & Cabello, 2010). Dessa forma, uma alternância no poder pode significar muito mais do que uma possível mudança na linha ideológica predominante. Inicialmente, traduz apenas uma inquietação da população para com a realidade. Em detrimento disso, torna-se importante perguntar: quais foram os fatores determinantes para o eleitor ao eleger um novo perfil de candidato? Existe realmente uma “onda conservadora”, ou seja, é possível afirmar que os eleitores estão fielmente alinhados com a ideologia defendida por tais políticos? O foco deste estudo será a eleição presidencial de 2018 no Brasil.

Para conseguir responder a essas questões, é preciso fazer uma breve retrospectiva do sistema político brasileiro do período pós-redemocratização, observando a forma em que os partidos, candidatos e eleitores se comportam. Isto é, quais os níveis de identificação partidária, afinidade ideológica e engajamento político dos atores envolvidos no processo. Sabemos que o sistema partidário no Brasil é extremamente fragmentado, em que medida isto influencia nos itens anteriormente citados? A imensa quantidade de partidos e a falta de instrução de boa parte do eleitorado pode dizer muito sobre o cenário da política brasileira. O problema de *accountability* gerado pelo alto nível de fragmentação das legendas partidárias (Carreirão, 2014) se soma à baixa sofisticação política da população, dificultando o estabelecimento de laços partidários (Gimenes, Furriel, Borba, & Ribeiro, 2016) e do próprio posicionamento dos atores no espectro ideológico. Com isso, criamos um eleitorado com baixo nível de identificação partidária e ideológica.

Tendo em vista que o eleitorado brasileiro em geral não é composto por eleitores com fortes sentimentos a um líder, partido ou ideologia, o processo de explicação para um fenômeno político, como a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para a presidência, torna-se um pouco mais complexo. As motivações que levaram o eleitor a eleger um perfil de candidato totalmente oposto ao que haviam elegido anteriormente nas eleições de 2014, com Dilma Rousseff (PT) no poder, precisam ser observadas com mais atenção. É preciso entender se a explosão repentina de um partido de direita significa que existe uma onda conservadora no Brasil ou se os eleitores que elegeram Bolsonaro possuem motivações além de suas crenças, como o desempenho do governo anterior, revolta com os escândalos de corrupção que emergiram no país, entre outros motivos. O que realmente mudou no comportamento do

eleitor e em suas preferências políticas que possibilitou a ascensão repentina de uma direita conservadora na política brasileira?

Rennó e Cabello (2010) se dedicaram a identificar o perfil dos eleitores de Lula e chegaram à conclusão de que se trata de um eleitor pouco informado, não alinhado politicamente, que não segue o líder de forma incondicional e que não possui forte rejeição ou preferência a partidos. Segundo os autores, o fenômeno do lulismo seria uma expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro que estaria mais preocupada com o desempenho do governo do que com o fiel seguimento a um líder e suas propostas. Apesar disso, o lulismo junto ao petismo foram responsáveis por manter o PT durante mais de uma década no poder. Ou seja, mesmo após a saída de Lula, este conseguiu atrair o apoio de seus eleitores para a eleição de sua sucessora, Dilma Rousseff. O questionamento que se torna pertinente, então, seria por que esse apoio não se sustentou nas eleições de 2018 e, após quatro mandatos na presidência, o Partido dos Trabalhadores (PT) não conseguiu eleger seu candidato?

Ou seja, o objetivo deste trabalho é procurar entender quais as motivações que levaram os eleitores a eleger um candidato totalmente oposto aos seus antecessores, com pautas e ideias conservadoras. Seriam os eleitores de Bolsonaro parecidos com o “lulista”, isto é, não fieis ao seu representante, mas preocupados com o desempenho do país? Ou realmente ocorreu uma “onda conservadora” no Brasil, assim como vemos em algumas partes do mundo? De qualquer forma, é preciso entender a vitória da “direita”. Para isso, serão utilizadas como base teorias sobre comportamento eleitoral e casos concretos da política brasileira. Como objetivo específico, busca-se entender quais as variáveis determinantes responsáveis pela mudança no alinhamento ideológico em época de eleições e se ele existiu no caso das eleições presidenciais de 2018 no Brasil.

Ao fazer esse tipo de análise, partimos da premissa de que a maioria dos eleitores corresponde à parcela da população não instruída politicamente (Carreirão, 2007a), mas que justificam seu voto com base em experiências passadas e, principalmente, na forma em que o contexto político está tendo influência em sua vida (Rennó & Cabello, 2010). É a parcela “real” da população. O objetivo deste trabalho é entender as motivações desses eleitores e como o cenário político influencia mais ou menos em suas decisões, tendo em vista que o

eleitor médio brasileiro não está arraigado em preferências ideológicas bem definida (Ames & Smith, 2010).

1.2 JUSTIFICATIVA

A análise do comportamento eleitoral é um tema que muito se discute na ciência política. Diversos autores têm se esforçado na tentativa de explicar como os eleitores se comportam na hora de votar e o que faz com que eles ajam de determinada forma em detrimento de outra. Ou seja, muito se discute a respeito das motivações do eleitor na escolha do voto. Neste trabalho, procura-se adentrar nessa discussão sobre o comportamento eleitoral e de que forma o cidadão decide seu voto, procurando entender mais especificamente o histórico de conduta do eleitor médio brasileiro e fenômenos que podem influenciar na mudança de suas preferências políticas.

Em sistemas democráticos, poderes se alternam e isto pode significar uma mudança no pensamento ideológico predominante, mas este não é o único responsável pela alternância de governos, principalmente em sistemas políticos muito fragmentados. Entender o que ocasiona esse processo é um debate que contribui para os estudos sobre democracias e comportamento eleitoral. Entender a influência do cenário político nas preferências eleitorais é um trabalho obscuro, pois cada sistema de governo possui um contexto diferente de análise. Em estudos sobre o Brasil, André Singer (1999) constatou que as preferências ideológicas nunca tiveram grande influência no voto do eleitor brasileiro. O baixo nível de instrução da população combinado com o alto nível de complexidade do sistema político tornam o processo de decisão confuso e certamente influenciado por outros fatores além da ideologia. Entendê-los se torna importante, principalmente em casos excepcionais como as eleições de 2018, onde um partido de esquerda com forte influência na política brasileira deu lugar a um partido de direita que ganhou força de forma extraordinária e repentina no país.

A eleição do candidato do PSL para a presidência do Brasil em 2018, após o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), colocou fim a um legado de 13 anos do PT no poder e trouxe novos significados para a política brasileira. Escolher o Brasil como estudo de caso e, mais especificamente, as eleições de 2018, é uma tentativa de explicar o que é o fenômeno Bolsonaro que fez a atenção do mundo inteiro se voltar para o Brasil. Um partido de pautas conservadoras e pouca relevância política até então, obteve o apoio da maioria dos eleitores e, além de eleger o Presidente da República e quebrar a hegemonia da

esquerda, conquistou grande espaço na Câmara dos Deputados. Trata-se de um fenômeno incomum se considerarmos a existência de uma “direita envergonhada” (Pierucci, 1987) no Brasil, onde os próprios partidos políticos têm receio em se localizar à direita da escala ideológica.

Outras partes do mundo obedeceram a eventos parecidos. Foi o que aconteceu no caso dos Estados Unidos em 2016, com a eleição de Donald Trump, do partido republicano, substituindo Barack Obama, do partido democrata. Em 2017, a conservadora Marine Le Pen, da Frente Nacional (FN) na França, ficou em segundo lugar em sua candidatura à presidência, representando um alto crescimento da extrema-direita no país. Portanto, observamos que o Brasil não é um caso isolado. Torna-se importante estudar o que há de diferente em cada contexto político que possibilitou a eleição dos candidatos conservadores.

Para que seja possível fazer uma análise adequada trataremos especificamente do caso brasileiro, na tentativa de entender se a explosão repentina de um partido de direita significa que existe uma onda conservadora no Brasil ou se os eleitores que elegeram Bolsonaro possuem outras motivações relevantes além da fidelidade ideológica. Caso a “direita envergonhada” (Pierucci, 1987), que acompanhou o Brasil desde o período da redemocratização, esteja dando lugar para uma “direita orgulhosa” (Maciel, Alarcon, & Gimenes, 2017), torna-se importante descobrir o motivo. Ou seja, o que a vitória de um partido de extrema direita representa para a política brasileira e o que mudou no comportamento do eleitor e em suas preferências políticas que possibilitou tal fenômeno? Para entender esse processo, é preciso buscar quais fatores levaram o eleitor brasileiro a justificar seu voto em Bolsonaro.

2 REVISÃO DA LITERATURA

Nos estágios finais do período de ditadura militar no Brasil e com o início do processo de restauração da democracia, em 1979, o pluripartidarismo foi novamente estabelecido a partir da modificação da legislação partidária pelo governo de Figueiredo. Chegava ao fim o bipartidarismo composto pela Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido governista, e pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido de oposição. Nesse período, teve início um processo de criação de novos partidos: o MDB se tornou o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) e a ARENA virou o Partido Democrático Social (PDS). Surgiram também o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista

(PDT), o Partido Popular (PP) e o Partido dos Trabalhadores (PT). Outros partidos foram criados posteriormente, resultando no multipartidarismo altamente fragmentado que vemos hoje no Brasil, com trinta e quatro partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e setenta e quatro em processo de formação (TSE, 2019).

Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) citam que em 1991, apenas alguns anos após a instauração da lei 6.767 que restabelecia o multipartidarismo, o sistema partidário já contava com mais de quarenta partidos registrados junto ao TSE, o que demonstra desde o início a alta fragmentação e a dificuldade em se estabelecer maiorias parlamentares unipartidárias. Como veremos adiante, a consequência de um sistema partidário como esse é uma baixa identificação partidária e a formação de governos de coalizão, onde os representantes se elegem graças a uma coligação eleitoral e precisam tomar decisões junto a outros partidos para que sua base parlamentar seja mantida. Como o processo decisório depende da negociação entre diversos atores, torna-se uma atividade lenta e laboriosa, situação propícia à manutenção do *status quo* e que traz dificuldades para grandes mudanças e reformas em políticas públicas (M. D. G. Kinzo, 2001).

Em outras palavras, temos que a democracia brasileira é composta por um número elevado de partidos políticos que encontram dificuldades para se comunicar com o eleitor e fazer com que suas propostas se tornem conhecidas (Carreirão, 2014). Como estratégia, muitos partidos acabam se unindo a outros para que possam atingir algum nível de representação, pois sozinhos possuem pouca relevância eleitoral. Existem exceções com relação à identificação partidária, como é o caso do Partido dos Trabalhadores (PT), que desde os anos 1980 teve o cuidado de cultivar uma forte relação de identificação com os eleitores e hoje em dia é o partido com maior representação dentro da Câmara dos Deputados (2019), com uma bancada composta por 56 deputados. Por outro lado, mesmo sendo um número extraordinário comparada à representação de outros partidos, equivale à apenas 11% dos assentos na Casa. Mais da metade dos partidos existentes não chegam a eleger dez deputados individualmente, o que representaria apenas 2% dos assentos da Câmara, que conta com 513 cadeiras.

FIGURA 1 – COMPOSIÇÃO CÂMARA DOS DEPUTADOS (2019)



FONTE: (CAESAR, 2018)

A composição eleitoral demonstra o alto nível de fragmentação das legendas partidárias, o que de acordo com (Carreirão, 2014) dificulta o conhecimento dos eleitores sobre elas, gerando problemas de *accountability*. Torna-se praticamente impossível para um eleitor conhecer as propostas de todos os candidatos e acompanhar, após as eleições, as atividades de cada um. Com isso, a decisão do voto e a qualidade da representação ficam comprometidos. Além disso, o próprio eleitorado brasileiro é composto majoritariamente por pessoas de baixa sofisticação política e cognitiva (Maciel et al., 2017), o que dificulta ainda mais o estabelecimento de laços partidários (Gimenes et al., 2016)

É possível notar que ambas as partes são problemáticas. De um lado, a forma como os governos lidaram com uma composição eleitoral altamente fragmentada trouxe problemas para a representação, identificação partidária e distribuição dos partidos no espectro ideológico, dando margens para a criação de coalizões incongruentes e fortalecendo o sentimento de crise representativa. Além disso, temos um eleitorado pouco instruído politicamente que não consegue lidar com um sistema político complexo que demanda um alto nível de engajamento popular para que não resulte em problemas de *accountability*. Ou seja, todos os atores são prejudicados com tal formação, pois o processo de tomada de decisão é extremamente complexo e não há uma clara divisão ideológica em decorrência da alta fragmentação do sistema partidário, o que traz confusões tanto para os representantes quanto para o eleitorado.

Tomando conhecimento do cenário exposto acima e dadas as dificuldades impostas pelo sistema partidário brasileiro ao exercício da nossa democracia, um debate importante para a construção do nosso trabalho é identificar se os partidos políticos e/ou o eleitorado se localizam ideologicamente em algum ponto da escala esquerda-direita. Como já dito, a alta fragmentação partidária e inconsistência ideológica (Maciel et al., 2017) causam dúvidas quando ao posicionamento dos atores no espectro ideológico e se este realmente existe em nosso cenário político. Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) cuidaram de responder tal questionamento com relação aos partidos políticos, com base em levantamento realizado pela Brazilian Legislative Survey (BLS) em 2013 e em dados levantados por *experts surveys* — já comparados por Tarouco e Madeira (2015). A partir da análise de como os parlamentares se autoposicionam no espectro político, os autores perceberam que “há um reconhecimento de diferenças ideológicas, tanto pelos especialistas quanto pelos parlamentares, apresentando-se uma ordenação coerente na classificação dos partidos políticos na escala esquerda-centro-direita”.

Sendo assim, análises da dimensão ideológica dos partidos mostraram que as legendas nacionais são coerentes em suas definições. Apesar disso, até mesmo especialistas possuem dificuldade em diferenciar e classificar os mais de trinta partidos brasileiros. Na pesquisa feita por Maciel, Alarcon e Gimenes (2017), os autores compararam respostas de especialistas em duas escalas com as respostas dos próprios parlamentares em relação ao seu posicionamento ideológico. Para os dois conjuntos de especialistas, foram utilizadas a escala de Wiesehomeier e Benoit (2007) e a referente ao *survey* aplicado no encontro da ABCP (2010). Ambas as pesquisas foram adaptadas para a escala 1-10, a fim de tornar mais fácil a interpretação dos dados. Para avaliar a classificação dos próprios representantes, foram utilizados os dados da Brazilian Legislative Survey (BLS), que é um projeto de *survey* iniciado em 1990 por Timothy Power e que atualmente conta com a colaboração de César Zucco Junior. Abaixo é possível observar os resultados encontrados nos *surveys*.

QUADRO 1 – POSIÇÕES DOS PARTIDOS POLÍTICOS BRASILEIROS NO ESPECTRO IDEOLÓGICO SEGUNDO RESULTADOS DE *EXPERTS SURVEYS* E DA MÉDIA DO AUTOPOSIÇIONAMENTO IDEOLÓGICO DOS PARLAMENTARES (ADAPTADO)

Partido	Posição na escala de Wiesehomeier e Benoit (2007)	Posição na escala do <i>survey</i> ABCP (2010)	BLS (2013)

PSOL	1,47	2	2
PCdoB	2,48	3,28	1,43
PT	3,18	4,14	2,62
PSB	3,75	4,28	3,43
PDT	4,19	4,71	4,5
PCB-PPS	5,19	5,71	3
PMDB	5,75	6	4,58
PSDB	6,73	6,57	4,1
PTB	6,8	7,14	4
PSC	7,81	7,43	6
PP	8,39	8,57	6
DEM	8,66	8,86	6,4

FONTE: Adaptado de Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) e (Power & Zucco Jr, 2012).

Observamos que há um nível considerável de coerência entre os especialistas e parlamentares com relação às posições atribuídas aos partidos políticos. A distribuição dos partidos na escala esquerda-direita pelos parlamentares diverge dos especialistas em quatro das 12 posições classificadas, e em sua maioria com relação aos partidos de direita. Segundo os autores, isso acontece porque os parlamentares não costumam classificar seus posicionamentos mais à direita do espectro ideológico. O Democratas (DEM) foi o partido que atingiu o maior ponto na escala e, apesar disso, não atingiu valor suficiente para considerá-lo uma legenda de direita de acordo com os parlamentares, pois sua média de 6,4 está mais próxima do centro.

Notamos que nenhum partido chega a ocupar uma posição mais à direita de acordo com os representantes e isso se deve a um receio dos partidos políticos de direita em se posicionarem como tal, pois preferem estar associados a posicionamentos centristas do que serem vistos como defensores do militarismo caso assumam sua posição de direita, segundo Pierucci (1987). É o que o autor denomina como “direita envergonhada”:

No Brasil da transição democrática, para os políticos que dependem da aprovação das urnas, à luz dos cálculos racionais de custos e benefícios certamente não é muito aconselhável confessar-se de direita. Pior ainda de extrema direita [...]. Esta vergonha de si, esta má consciência da direita só faz dificultar os trabalhos de decifração e deslizar a informação. (Pierucci, 1987)

Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) atentam para um avanço recente de pautas de direita no Brasil, através de pensamentos radicais e conservadores que permeiam tanto representantes quanto representados, o que poderia configurar novos resultados de pesquisa. Os autores trabalharam com a PLB de 2013 e, considerando o cenário político de anos mais

recentes, é possível notar avanços nos discursos, pautas e manifestações de direita. O questionamento da pesquisa citada é se uma “direita envergonhada” (Pierucci, 1987) poderia ter dado lugar a uma “direita orgulhosa” (Maciel et al., 2017) e, para tentar responder tal questão, é preciso entender qual fenômeno fez com que representantes que defendem abertamente pautas de direita ganhassem espaço dentro da Câmara. Isso nos remete ao ator principal responsável por isso: o eleitor. É preciso entender o que mudou em seu comportamento e em suas preferências políticas que possibilitou tal fenômeno na política brasileira.

Para chegar até o ponto em questão, é preciso traçar o perfil histórico do eleitorado brasileiro e sua relação com preferências ideológicas e partidos políticos. Carreirão (2007) observou que trabalhos anteriores (Almeida & Young, 2001; Carreirão, 2002; Singer, 1999) testaram a hipótese de que a identificação ideológica do eleitor está associada à sua preferência partidária e influencia seu voto, e chegaram a conclusões diferentes. Quanto às preferências e rejeições partidárias e suas relações com o voto, também houve divergências nas conclusões encontradas na literatura (Carreirão, 2007a, 2007b; Carreirão & Barbeta, 2004; CARREIRÃO & KINZO, 2004; Castro, 1994; M. d’Alva G. Kinzo, 1992; Meneguello, 1995; Silveira, 1998; Singer, 1999)

De acordo com Singer (1999), identificação partidária é “a adesão a uma posição no contínuo esquerda-direita ou liberal-conservador que, mesmo sendo difusa, isto é, cognitivamente desestruturada, sinaliza uma orientação política geral do eleitor” (Singer, 1999). Em outras palavras, o autor defende que mesmo entre os eleitores menos instruídos e que não possuem conhecimento exato sobre o que seja esquerda e direita, é possível utilizar tal conceito para orientar sua decisão de voto por se tratar de um conhecimento intuitivo que permite ao eleitor localizar os candidatos e os partidos em uma escala e tomar sua decisão de forma coerente. De acordo com o autor, “a principal diferença de opinião entre os eleitores com identificação à esquerda e aqueles com identificação à direita está em que os primeiros esperam que sejam feitas mudanças a partir da mobilização social e da contestação da autoridade repressiva do Estado, enquanto o conservadorismo dos segundos se expressa no apego à autoridade e à ordem” (Carreirão, 2007a).

De forma contrária, Carreirão (2002) argumenta que a identificação ideológica não tem um peso grande na decisão de voto e que outras variáveis influenciam mais fortemente os

resultados das eleições. Em pesquisas realizadas entre 1989 e 1997, o autor argumenta que a importância da identificação ideológica depende do nível de escolaridade dos eleitores, pois à medida que esta aumenta, os termos “esquerda” e “direita” são mais bem compreendidos e cresce o percentual de eleitores que se identificam ideologicamente (ou seja, que se localizam na escala esquerda-direita) e utilizam disso para definir seu voto, preferência partidária e opinião política.

Almeida e Young (2001) criticam o próprio uso do auto-posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita como um indicador da ideologia, pois a maioria não possui conhecimento adequado para assimilar o que é “direita” ou “esquerda” de acordo com definições de especialistas. Os autores defendem que a ideologia de cada eleitor seja medida a partir de perguntas comuns sobre temas que permitam posicioná-los na escala ideológica, como o nível de intervenção do Estado na economia, o nível de apoio a mudanças sociais, igualdade, etc. A partir disso, o papel de identificar as preferências ideológicas dos eleitores caberia aos especialistas. De qualquer forma, é possível notar que não há um consenso na literatura quanto à validade do auto-posicionamento dos eleitores em uma escala ideológica esquerda-direita.

Quanto às preferências partidárias, questiona-se também o seu peso na decisão do voto. Carreirão (2007) utilizou como base empírica central dados do ESEB (Estudo Eleitoral Brasileiro) de 2002 e 2006 para analisar preferências partidárias dos eleitores. O autor mostrou que nas eleições presidenciais do ano de 2006, “o voto segundo preferência partidária segue padrão semelhante ao das eleições anteriores: parcela majoritária dos eleitores (em torno de 60%) não manifesta preferência por nenhum partido; entre os (cerca de 40%) que manifestam, as associações com o voto são maiores entre eleitores do PT e do PSDB (além do PFL); entre os demais eleitores não há uma associação muito forte entre as variáveis” (Carreirão, 2007a). Além disso, os estudos mostraram que durante as denúncias do escândalo do “mensalão”, a preferência pelo PT declinou razoavelmente e, mesmo após conseguir se recuperar nas eleições de 2006, não voltaram a atingir os padrões anteriores ao escândalo.

Os dados obtidos sobre o auto-posicionamento dos eleitores na escala esquerda-direita mostram que o percentual que não se posicionou em nenhum ponto (respostas: “não sabe”; “não respondeu”; “não sabe o que é esquerda e direita”) passou de 23,2% em 2002 para 41,8% em 2006 (um aumento de 80%). Este aumento se deu principalmente graças aos

eleitores que se posicionaram anteriormente à esquerda da escala, que passou de 25,7% da amostra em 2002 para apenas 9% em 2006. Este declínio se deu em todos os níveis de escolaridade. Carreirão (2007b) chama atenção para o fato de que, tanto em 2002 quanto em 2006, quanto maior o nível de escolaridade menor o percentual de eleitores que não sabiam se localizar na escala, o que confirma tendência já encontrada em estudo anterior (Carreirão, 2002).

Além disso, o autor observou também o fenômeno de perda de nitidez ideológica. Em 2002, o percentual de eleitores que classificavam o PT como um partido de esquerda era 2,5 maior do que o percentual dos que o classificavam como direita; essa relação caiu para 2,0 em 2006. Com o PFL, o percentual de eleitores que o classificavam como de direita era 2,5 maior do que o percentual dos que o classificavam como de esquerda em 2002; essa relação caiu para 1,6 em 2006. Esta é uma tendência geral que pode ser aplicada ao restante dos partidos, embora em menor proporção. Os eleitores que não conseguem classificar os partidos no contínuo esquerda-direita era de 32,5% em 2002 e cresceu para 45% no ano de 2006, o que demonstra um baixíssimo nível de instrução política por parte do eleitorado.

Os dados sobre a percepção dos eleitores quanto ao partido que melhor os representa não mostraram uma associação forte com a identificação ideológica. Por exemplo, o PT se mostrou como o partido em que a maioria de seus eleitores se identificava à esquerda, mas era também o partido que mais “representava” os eleitores em geral, inclusive os “de centro” e os “de direita”. Este dado é importante para nossa pesquisa, pois demonstra que o eleitor que se identifica com determinada ideologia pode não votar em um candidato ou partido correspondente. Ou seja, pode ter motivações além de suas preferências ideológicas. É este fenômeno que fez com que autores se dedicassem ao estudo de eleitores que não se identificam com a base ideológica de determinado partido, mas que votam em seus candidatos. Por exemplo, o que diferencia os lulistas dos petistas?

Em 2010, Rennó e Cabello (2010) se dedicaram em responder a essa questão e chegaram à conclusão que o lulista é um eleitor “pouco informado politicamente e desatento a campanhas eleitorais, que não apresenta afinidades partidárias de qualquer tipo ou intensas rejeições a partidos, e tampouco, identificações personalistas fortes.” Além disso, verificaram que os petistas são eleitores que simpatizam mais fortemente com a pessoa de Lula do que os próprios lulistas, contrariando Samuels (2004) e Singer (2009). Portanto, o lulismo não

representa um realinhamento partidário e nem a volta do personalismo político, pois o lulista não é um eleitor que segue o líder de forma incondicional. Por esse motivo, o desempenho do governo se torna importante para entendermos o voto em Lula.

Utilizando como base o Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB) do ano de 2006 e com base no primeiro turno das eleições, Rennó e Cabello (2010) verificaram que os lulistas somam 40% do total; os petistas somam 18% e os demais eleitores chegam a 42%. É possível notar que a base de apoio de Lula vai muito além dos eleitores que se identificam com o PT. Além disso, os dados do ESEB mostram que os lulistas que votaram em Lula pela primeira vez em 2006 somam 25%, sendo que 75% declararam ter votado em Lula em 2002. Ou seja, o fenômeno do lulismo vem desde, no mínimo, o ano de 2002. Apesar disso, os autores argumentam a partir dos dados que o lulista se trata de um eleitor independente, não alinhado, que não possui forte rejeição ou preferência a partidos políticos e não se apega demasiadamente à pessoa do líder. Além disso, é um eleitor “pouco informado sobre política e não acompanha a campanha eleitoral.” (Rennó & Cabello, 2010). Sendo assim, concluem que o fenômeno do lulismo é expressão do não alinhamento de uma parcela significativa do eleitorado brasileiro.

Sendo o desempenho do governo a variável de maior peso para o lulista, nesse caso a posição ideológica, preferência partidária ou liderança política tem pouca importância para a tomada de decisão. Esse fator colocou a seguinte questão em pauta: o apoio a Lula teria sido suficiente para orientar o voto desse grupo de eleitores e manter o alinhamento no caso de uma sucessão mal administrada? Hoje podemos ver que o lulismo não foi suficiente para manter o PT no poder, mas muitas variáveis estão em jogo para explicar esse processo. De qualquer forma, há um consenso de que o PT deste muito tempo “funciona como uma âncora do sistema político, centralizando simpatia e rejeição que influenciam escolhas eleitorais (Carreirão & Barbetta, 2004). Rejeição a partidos passa a ser, então, fator importante para entender o papel destes na organização das preferências eleitorais no Brasil.” (Rennó & Cabello, 2010).

Identificação e rejeição partidária se tornam fatores importantes para explicar eleições brasileiras. Voltando ao estudo de Carreirão (2007b) mencionado anteriormente, o autor chama atenção para a queda do percentual de eleitores que se identificam com algum partido no período mencionado, de 2002 a 2006:

“Em 2002, 35,3% dos eleitores indicavam que algum partido os representava; este percentual caiu para 27,4% em 2006. Boa parte desta queda envolveu o PT, que continuou a ser o partido mais mencionado, mas caiu de 23,1% para 17,5% dos eleitores. Esta queda, certamente, está relacionada com as denúncias de corrupção envolvendo figuras centrais do partido, especialmente em 2005, no episódio do “mensalão”. O PFL também declinou (de 2,2% para 0,5%), enquanto o PMDB e o PSDB mantiveram-se estáveis. Os demais partidos tiveram percentuais insignificantes para serem mencionados.” (Carreirão, 2007b)

Além disso, o PT foi o partido que teve o maior aumento na taxa de rejeição (de 22,9% em 2002 para 26,6% em 2006), mas continuou sendo o partido com a menor rejeição. Foi entre os eleitores de esquerda que a rejeição ao partido mais aumentou. Analisando as taxas de identificação e rejeição partidária envolvendo o PT, é possível perceber que quase metade dos eleitores se consideram petistas ou antipetistas e em como o partidarismo positivo e negativo no Brasil se molda pela forma em que as pessoas se sentem em relação ao partido. Os esforços bem sucedidos do PT em cultivar laços com os eleitores que atrásem uma base de apoio fiel, ao mesmo tempo fizeram com que uma parcela da população criasse um sentimento de rejeição pelo partido. A ascensão do petismo significa um “alinhamento” eleitoral, isto é, o surgimento de uma identidade partidária que não existia antes no Brasil Samuels e Zucco (2018). Dessa forma:

“Apenas o PT promoveu fortemente a sua marca como um partido, e no seu ponto alto o petismo moldou as atitudes e o comportamento de voto de milhões de brasileiros. O Petismo esclareceu a política e as opções de voto para muitos eleitores brasileiros - a favor e contra - e a competição entre o PT e o PSDB pela presidência entre 1994 e 2014 deu ao sistema partidário um verniz de coerência.” (D. J. Samuels & Zucco, 2018)

No entanto, como visto anteriormente por Rennó e Cabello (2010), temos que o fenômeno do lulismo foi composto por eleitores pouco agarrados à pessoa do líder e que não tinham um apreço incondicional a Lula e nem ao partido por ele representado. Por outro lado, os petistas se mostraram muito mais engajados politicamente e fieis a Lula. Por meio disso, é possível notar que “o lulismo não é e nunca foi uma forma de identidade social, enquanto o petismo foi e para muitos ainda é” (D. J. Samuels & Zucco, 2018). Isso significa que a imagem de Lula não é o suficiente para manter a influência política do PT. Se o partido conseguir prosperar futuramente, será graças aos esforços dos membros e apoiadores do partido em atrair uma base de apoio e convencê-la de que os candidatos petistas são os melhores encarregados de mudar o país para melhor.

As dificuldades que se instalaram sobre o sistema partidário brasileiro recentemente, com crises de representação e escândalos de corrupção (Lava Jato), colocaram não só o PT

em declínio, mas outros partidos que possuíam algum nível de identificação partidária positiva. Segundo Samuels e Zucco (2018), em 2017 as opiniões dos eleitores brasileiros sobre seus partidos políticos pioraram, atingindo níveis baixíssimos. Se o sentimento partidário vem diminuindo, a identificação ideológica nunca teve grande peso para explicar as eleições no Brasil. O maior nível de correlação entre ideologia e voto, encontrado por André Singer (1999), refere-se ao 2º turno da eleição de 1989, momento em que segundo o autor houve maior polarização ideológica entre os candidatos desde a redemocratização. No entanto, “essa polarização ideológica, segundo interpretação predominante na análise política nacional, foi se arrefecendo de 1989 em diante e este arrefecimento se acentuou bastante nos últimos anos.” (Carreirão, 2007a).

Portanto, identificação ideológica não é um fator determinante para o eleitorado em geral. Em relação ao sentimento partidário, embora quase metade dos brasileiros mostrem ter uma identificação positiva ou negativa em relação a pelo menos um partido, para a outra parcela da população este aspecto parece não ter muita importância. Grande parte do eleitorado permanece não tendo nenhum tipo de conexão com os partidos que compõem a política brasileira. Isso nos remete ao que foi abordado inicialmente, ou seja, ao fato de que o nosso sistema partidário é extremamente fragmentado e caracterizado por uma descontinuidade considerável, tendo em vista que muitos partidos desapareceram, fundiram-se com outros ou mudaram de nome (D. J. Samuels & Zucco, 2018). Isso dificulta o processo de identificação partidária, pois os eleitores não conseguem identificar e diferenciar os partidos, seus candidatos e propostas. Os esforços empenhados pelo PT em criar um sentimento partidário entre os eleitores não se espalhou entre os outros partidos, o que demonstra uma falta de interesse entre os próprios políticos em se diferenciar um dos outros.

Portanto, vemos que a alta fragmentação junto à crise que se instalou na política brasileira trouxe prejuízos para a identificação partidária, que nunca chegou a ser bem desenvolvida no Brasil. A fraqueza partidária traz prejuízos à democracia, pois a representação fica comprometida. Os eleitores têm dificuldades em identificar o partido ou candidato pelo qual se identifiquem, ao mesmo tempo em que falta interesse dos próprios políticos. Por outro lado, um partidarismo forte também seria prejudicial, pois poderia provocar uma polarização crescente (D. J. Samuels & Zucco, 2018) na política brasileira. Em um sistema com partidarismo forte, a maioria dos eleitores tem seu comportamento guiado por um “óculos de proteção partidário”, ou seja, filtram informações negativas dos partidos de

fora e informações positivas sobre o partido que defendem. Assim, em casos extremos, enxergam o mundo político de forma distorcida, o que pode trazer prejuízos à democracia.

Os estudos até aqui abordados foram realizados antes das eleições de 2018 e trataram de suas possíveis perspectivas. Com os resultados das eleições, confirmamos o avanço dos discursos e pautas de direita que já permeavam a política brasileira em tempos recentes. Porém, o questionamento de Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) ainda precisa ser respondido, isto é, se a “direita envergonhada” (Pierucci, 1987) deu lugar a uma “direita orgulhosa”. Ou seja, o que significa para o sistema político brasileiro a vitória de um candidato de direita e o grande espaço que seu partido (PSL) ganhou na Câmara dos Deputados (2019). O que mudou no comportamento do eleitor e em suas preferências políticas que possibilitou tal fenômeno? Será que o “bolsonarista” se assemelha ao “lulista”, ou seja, trata-se de um eleitor pouco alinhado politicamente e que está mais preocupado com o desempenho do governo do que em defender suas ideologias? Ou o peso da identificação ideológica cresceu entre os eleitores?

Sabemos que diversos fatores influenciam o eleitor no momento da escolha do voto e que a identificação ideológica tem tido pouca importância desde o período de reinstauração da democracia. Outros fatores como a reputação do governo, as condições econômicas e a associação do eleitor a determinados grupos, como classes sociais, religião, gênero (Rennó, Lúcio; Cabello, Andrea, 2010) podem ter peso na hora da decisão. Além disso, vimos que recentemente o sentimento partidário caiu drasticamente entre os eleitores brasileiros, o que trouxe prejuízos principalmente ao Partido dos Trabalhadores (PT). O processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), seguido da eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL) para a presidência do Brasil em 2018, colocou fim a um legado de 13 anos do PT no poder e trouxe novos significados para a política brasileira. Um partido novo e com pautas conservadoras obteve o apoio da maioria dos eleitores, um fenômeno incomum e que merece atenção, pois é preciso entender se a explosão repentina de um partido de direita significa que existe uma onda conservadora no Brasil ou se os eleitores que elegeram Bolsonaro possuem motivações além de suas crenças, assim como os lulistas que mantiveram o PT no poder durante mais de uma década.

3 METODOLOGIA

A fim de observar a preferência ideológica, política e partidária dos agentes que compõem o sistema político brasileiro, utilizaremos alguns conjuntos de dados. Primeiro

observaremos a perspectiva do eleitorado. Para isso, serão utilizados dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), *survey* nacional realizado pelo Centro de Estudos Acadêmico (CESOP) desde o ano de 2002. O ESEB é um projeto vinculado ao *Comparative Study of Electoral Systems Project (CSES)* e tem como premissa a ideia de que os contextos sócio-políticos e arranjos institucionais que regem as dinâmicas eleitorais afetam a natureza e a qualidade da escolha democrática.

De acordo com o portal do CESOP, o projeto busca entender como o contexto político é capaz de moldar crenças e comportamentos dos cidadãos e, através de eleições, definir a capacidade ou qualidade do regime democrático. Ou seja, tem como objetivo entender a natureza dos alinhamentos e clivagens sociais e políticos, tornando-se de extrema importância para nossa pesquisa. Analisando o contexto político da perspectiva do eleitorado, o ESEB contribui para o entendimento das diferentes motivações que influenciam a escolha do voto. Utilizando a pesquisa para analisar o comportamento eleitoral das últimas eleições, é possível comparar o perfil dos eleitores e sua opinião com relação à identificação ideológica, sentimento partidário, reputação do governo, condições econômicas, identidade, além de outros fatores.

O segundo conjunto de dados se trata do Brazilian Legislative Survey (BLS), um levantamento realizado periodicamente a cada quatro anos com o objetivo de observar a evolução do pensamento dos congressistas brasileiros desde a introdução do regime democrático no país. Realizada por Timothy J. Power e César Zucco, a pesquisa conta com dados importantes para se examinar o perfil da elite política brasileira, como preferências econômicas, comparação entre governos, colocação na escala ideológica esquerda-direita e projeções futuras.

Cobrindo todas as legislaturas desde a redemocratização, o projeto conta com um universo amplo de legisladores e dados acerca de suas preferências ideológicas e atitudes políticas. Por esse motivo, é uma ferramenta imprescindível para o entendimento da elite política brasileira e como os legisladores identificam a si mesmos. Tanto senadores quanto deputados são convidados a participar e os itens da pesquisa registram a opinião parlamentar em relação à ideologia, atividade legislativa, funcionamento das instituições políticas, política, reforma do Estado e política externa, além de outros temas, como descrevem os

autores. Dessa forma, servem de base para análises e expectativas com relação ao futuro democrático.

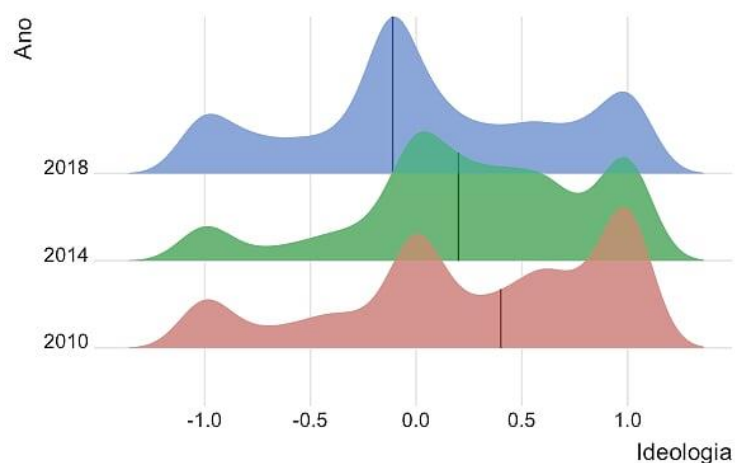
Utilizaremos os dados referentes às três últimas eleições, ou seja, aos anos de 2018, 2014 e 2010, e a análise será feita de acordo com a composição da Câmara dos Deputados de cada eleição. Ou seja, a partir da forma em que as cadeiras estão divididas e do peso de cada partido no regime político, observaremos como os parlamentares se posicionam na escala ideológica esquerda-direita. Dessa forma, será possível comparar a disposição dos partidos ao longo dos anos e se as alterações percebidas tanto na composição partidária quanto no auto posicionamento ideológico dos políticos significam ou não um rearranjo ideológico. Portanto, cruzaremos os dados do Brazilian Legislative Survey (BLS) com as informações disponibilizadas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) referentes às eleições em questão.

Reunindo os conjuntos de dados do ESEB, juntamente com os da BLS e do TSE, buscaremos entender o movimento do eleitor e dos parlamentares na escala ideológica e se, no caso das últimas eleições, houve um posicionamento maior do eleitorado à direita da escala ideológica, coincidindo com o resultado das eleições que colocaram um partido conservador no comando do Executivo e o tornou uma das maiores representações no Legislativo. A partir disso, verificaremos se houve um aumento da propensão de votos em candidatos de direita como um todo e se o Brasil realmente foi atingido por uma onda conservadora, onde a “direita envergonhada” deu lugar a uma “direita orgulhosa”.

4 RESULTADOS

A partir dos dados do Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB), é possível visualizar como o eleitorado brasileiro se localiza ideologicamente, em uma escala onde -1 é a posição mais à esquerda e 1 corresponde à extrema direita. Como os anos analisados são os referentes às eleições de 2010, 2014 e 2018, agrupamos os dados correspondentes a esse período. O resultado está no gráfico a seguir:

FIGURA 2 – AUTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO ELEITORADO BRASILEIRO NOS ANOS 2010, 2014 E 2018



FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

QUADRO 2 – ANOVA DO AUTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DO ELEITORADO BRASILEIRO NOS ANOS 2010, 2014 E 2018

ano	diferença	limite inferior	limite superior	valor p
2014-2010	-0.003297923	-0.05705744	0.0504616	0.9886607
2018-2010	-0.223317760	-0.27861293	-0.1680226	0.0000000
2018-2014	-0.220019838	-0.26892482	-0.1711149	0.0000000

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Podemos observar que os três momentos analisados obedecem a um comportamento parecido, mas com algumas variações importantes. Em 2010, 2014 e 2018, houve uma queda dos eleitores que se identificam na posição de extrema direita do espectro ideológico. Esses eleitores caminharam um pouco para a esquerda, mas em 2014 ainda se mantiveram na posição de direita, em sua maioria. Apenas no ano de 2018 há um deslocamento significativo dos eleitores, que passaram a se concentrar na posição centro-esquerda. Podemos ver o pico no gráfico analisado, onde a mediana se localiza, pela primeira vez nas três eleições, na posição à esquerda do centro.

É possível observar que a posição extrema esquerda teve uma leve queda no ano de 2014, mas voltou a crescer nas eleições de 2018, assim como a esquerda como um todo. Em 2010, ano em que o Partido dos Trabalhadores (PT) estava mais forte, com a sucessão de Lula por Dilma Rousseff, é também o ano em que a mediana esteve mais à direita da escala comparado às outras eleições, com pico na extrema direita. Enquanto isso, no ano de 2018, onde ocorreu o “fenômeno” Bolsonaro e a eleição de um candidato conservador para a

presidência, o número de eleitores que se localizaram à extrema direita e à direita diminuiu e a mediana esteve pela primeira vez à esquerda do centro, com pico isolado.

Em termos estatísticos, analisando a variância unidirecional (ANOVA) dos três anos em pares, ou seja, comparando os dados de uma eleição com outra separadamente, observamos que a única diferença estatisticamente significativa para análise está no ano de 2014 para o de 2018. A variação encontrada no ano de 2010 para o ano de 2014 é estatisticamente irrelevante, pois corresponde a 0. Isso quer dizer os eleitores se comportaram de forma muito parecida com relação a sua localização no espectro ideológico. Além disso, quanto maior o valor “p” entre os anos, menor a relevância para análise, como o índice 0,98 encontrado para os anos de 2010 e 2014. O valor “p” igual a zero entre os anos 2014 e 2018 confirmam a sua relevância estatística.

Embora não irrelevante, o auto posicionamento ideológico se mostra pouco confiável quando consideramos a grande porcentagem dos eleitores que não responderam ou não souberam responder à pergunta, ou seja, não se identificaram em nenhum ponto da escala ideológica. Nos anos 2010, 2014 e 2018 os valores foram 45%, 44% e 39%, respectivamente. Apesar da queda, de uma forma geral quase metade dos eleitores não responderam, o que demonstra a falta de interesse, identificação ou conhecimento político do eleitorado brasileiro. O nível de fragmentação das legendas partidárias, juntamente com o baixo nível de instrução da maioria dos eleitores pode contribuir para a confusão no momento da auto localização. No geral, os resultados confirmam a ausência de identificação ideológica de uma parcela significativa da população.

Para analisar na prática o pensamento dos eleitores em relação aos assuntos políticos, são utilizados outros dados obtidos pelo ESEB. São perguntas específicas que mostram o nível de conservadorismo do eleitorado brasileiro e se este coincide com o seu auto posicionamento ideológico. Para o nosso estudo, separamos dez perguntas referentes ao ano de 2018, isto é, ao último período eleitoral. As respostas estão separadas de acordo com o auto posicionamento dos eleitores para que seja possível analisar se as opiniões na prática estão de acordo com o que o eleitor compreende como sendo sua posição ideológica. As escalas foram as seguintes: -1 para o eleitor que respondesse contra ou a favor, de forma progressista (esquerda); 1 para o eleitor que respondesse contra ou a favor, de forma conservadora (direita); e 0 para aqueles que se mostraram indiferentes. O intervalo -1 até -0,3 corresponde a

média progressista (de esquerda), enquanto o intervalo 0,3 até 1 corresponde à média conservadora (de direita). O intervalo de -0,3 a 0,3 foi considerado como a posição de centro. Os resultados podem ser conferidos a seguir:

QUADRO 3 – AUTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E NÍVEL DE CONSERVADORISMO DO ELEITORADO BRASILEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2018

	Esquerda	Centro	Direita	Não declarou
Redução da maioria penal	0,53	0,66	0,66	0,65
Casamento civil de pessoas do mesmo sexo	0,05	0,04	0,16	0,16
Adoção de criança por casal gay	0,08	-0,02	0,15	0,16
Pena de morte	-0,07	-0,04	0,05	-0,13
Descriminalização do uso de drogas	0,26	0,28	0,43	0,46
Proibição da venda de armas de fogo	-0,01	-0,07	0,08	0,00
Legalização do aborto	0,53	0,52	0,67	0,70
Prisão de mulheres que interrompam a gravidez	-0,25	-0,30	-0,16	-0,21
Cotas raciais	-0,05	-0,05	0,19	0,08
Que as escolas ensinem as crianças a acreditar em Deus	0,65	0,70	0,75	0,75

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Devemos ler a tabela da seguinte forma: com relação à redução da maioria penal, pessoas que são a favor são conservadoras (1) e pessoas que são contra são progressistas (-1). No caso da pesquisa, todas as posições apresentando números maiores que 0,3 demonstram que os eleitores responderam majoritariamente serem a favor e, por isso, possuem pensamento conservador em relação a essa questão, mesmo os que se declararam de esquerda, de centro ou não responderam. Já com relação ao casamento civil de pessoas do mesmo sexo, as

pessoas que respondem a favor são progressistas (-1) e pessoas contra são conservadoras (1). Nesse caso, os eleitores de todas as posições não demonstraram uma preferência geral, se mantiveram no centro. O restante das variáveis obedece ao mesmo critério de avaliação.

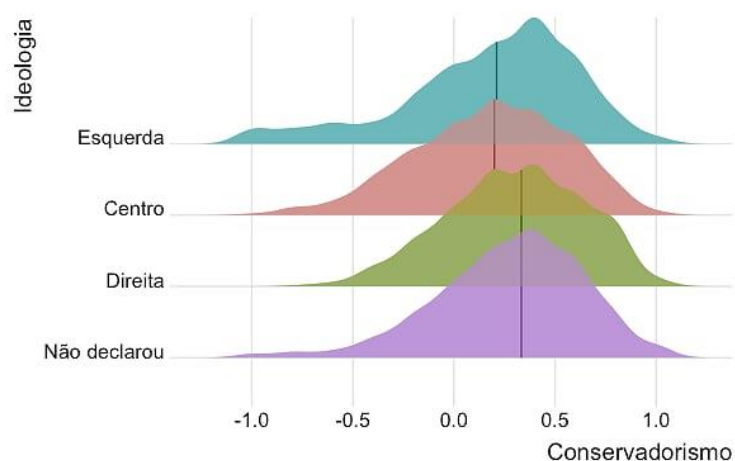
A legalização do aborto aparece como um caso à parte, assim como a primeira variável citada. Todas as posições respondem majoritariamente serem contra (1), demonstrando um alto nível de conservadorismo entre todos os eleitores, inclusive os que se declaram de centro e esquerda. Com relação às escolas ensinarem as crianças a acreditar em Deus, esta variável também aparece como um caso especial, pois todas as posições demonstraram ser a favor (1), atingindo números maiores que 0,3, ou seja, um alto nível de conservadorismo mesmo entre as posições de centro e esquerda e até mesmo entre as pessoas que não se posicionaram ideologicamente.

A partir da tabela acima é possível notar o alto nível de conservadorismo da população brasileira. Não houve nenhuma posição em nenhuma das variáveis em que os eleitores estiveram majoritariamente à esquerda do espectro ideológico. Pelo contrário, algumas variáveis chegaram a atingir um nível alto de conservadorismo em todas as posições ideológicas. Observamos que a posição de direita é a que se manteve mais coerente, ou seja, apesar de que na maioria das variáveis os eleitores ocuparam o centro, mantiveram-se sempre à direita da escala de conservadorismo, com números maiores que 0. A única exceção é com relação à prisão de mulheres que interrompam a gravidez, onde os eleitores de direita se localizaram um pouco à esquerda da escala, apesar de permanecerem no que foi considerado o centro em nossa análise.

Os eleitores do centro ideológico se apresentaram mais progressistas do que os próprios eleitores de esquerda, com mais posições à esquerda da escala de conservadorismo, apesar de ocuparem majoritariamente o centro. O ponto mais relevante é demonstrar como, em um panorama geral, os eleitores possuem pensamentos conservadores, mesmo os que se declaram de centro ou de esquerda. Não houve nenhuma posição onde a maioria dos eleitores respondeu seguindo a vertente progressista. As variáveis em que todas as posições ideológicas se mostraram conservadoras – redução da maioria penal, legalização do aborto e ensino religioso nas escolas – foram contabilizadas para demonstrar ainda mais a incoerência do auto posicionamento ideológico do eleitorado brasileiro. Para que seja possível visualizar os

resultados de forma mais clara, transformamos a média de todas as respostas em um gráfico, como pode ser visto a seguir:

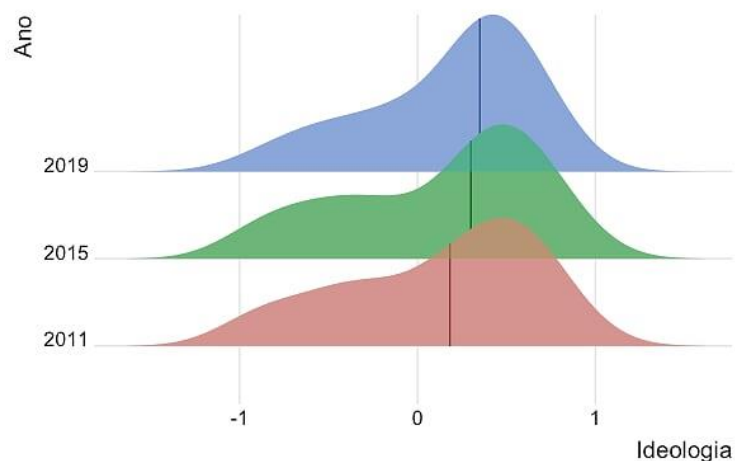
FIGURA 3 - AUTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO E NÍVEL DE CONSERVADORISMO DO ELEITORADO BRASILEIRO NAS ELEIÇÕES DE 2018



FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Em todas as posições ideológicas os eleitores se mostraram conservadores. Como visto anteriormente, há coerência na posição de direita, pois esta se mostrou a mais conservadora entre as demais. No entanto, as posições de centro e esquerda também mostraram um alto nível de conservadorismo. É esse o ponto relevante da pesquisa, pois demonstra que a população possui conhecimento limitado sobre o que cada ideologia representa. É preciso avaliar se a composição ideológica da Câmara traduz o que foi observado entre os eleitores. Para isso, utilizamos os dados referentes às preferências ideológicas dos deputados contidas no Brazilian Legislative Survey (BLS) em relação ao primeiro ano de cada legislatura em questão, ou seja, 2011, 2015 e 2019.

FIGURA 4 - AUTO POSICIONAMENTO IDEOLÓGICO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS NOS ANOS 2011, 2015 E 2019



FONTE: Brazilian Legislative Survey (BLS) (Power & Zucco Jr, 2012).

No gráfico acima, é possível notar que a composição da Câmara esteve mais à direita em todas as legislaturas. Em 2011 e 2015, anos em que a presidente Dilma Rousseff (PT) estava no poder, os deputados caminharam para a direita e ainda mais no ano de 2019, após a eleição de Jair Messias Bolsonaro (PSL). O partido do presidente nas eleições anteriores ocupava apenas uma cadeira na Câmara e nas eleições de 2018 atingiu 52 cadeiras, conquistando um espaço extraordinário. Porém, é interessante notar que, apesar da direita conservadora ter ganhado um grande espaço nas últimas eleições, os deputados em sua maioria sempre se localizaram à direita do espectro ideológico, mesmo nos anos em que o PT ocupava a presidência da República e com o partido sendo a maior bancada da Câmara em todas as legislaturas em questão.

O gráfico coincide com os resultados encontrados no eleitorado com relação aos níveis de conservadorismo e não com o auto posicionamento ideológico dos eleitores. O eleitor brasileiro em sua auto localização caminhou para a esquerda nas últimas legislaturas, como mostramos na Figura 2. O ano de 2010 foi o ano em que a população mais se identificou à direita da escala, mesmo com o Partido dos Trabalhadores (PT), de esquerda, na presidência da república. Além disso, a primeira vez em que a população aparece à esquerda da escala ideológica é no ano de 2018, ano da eleição de um candidato de partido conservador e de direita, Jair Bolsonaro (PSL). Portanto, percebemos que a composição da Câmara obedece não ao auto posicionamento do eleitorado, mas sim às variáveis que demonstraram o seu alto nível de conservadorismo.

O eleitorado é conservador na prática, independente do que entende por ideologia, e elege representantes em sua maioria conservadores. Por outro lado, partidos de esquerda continuam tendo peso no Congresso, o que significa que o nível de conservadorismo não determina totalmente o voto, pois a predominância da direita não significa um poder isolado. O jogo político continua disputado. Porém, o fato de os deputados que se declaram de direita terem aumentado com o passar das legislaturas, mesmo naquelas em que um partido de esquerda estava à frente do Executivo, demonstra tanto o espaço que essa vertente ideológica vem conquistando na política brasileira, como também que a “direita envergonhada” (PIERUCCI, 1987) já não reflete a realidade do nosso cenário político.

Tratando especificamente do voto presidencial, entenderemos enfim como as preferências ideológicas e os níveis de conservadorismo refletiram nas intenções de voto do eleitorado nas eleições de 2018. No quadro abaixo, está representada em porcentagem a intenção de voto dos eleitores no ano da eleição, em 2018, em um momento em que a candidatura do ex-presidente Lula ainda era incerta. Por isso, ambos os cenários (com Lula e sem Lula) foram considerados na pesquisa. Assim, temos os seguintes resultados:

QUADRO 4 – INTENÇÕES DE VOTO NAS ELEIÇÕES DE 2018 (COM E SEM LULA)

		Sem Lula			Totais com Lula
		Direita	Não direita	SR	
Com Lula	Lula	5%	10%	12%	27%
	Direita	19%	1%	0%	20%
	Não direita	1%	7%	0%	8%
	SR	1%	1%	43%	45%
Totais sem Lula		26%	19%	55%	

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Os candidatos incluídos na “direita” foram Geraldo Alckmin, Álvaro dias, Cabo Daciolo, Eymael, Henrique Meirelles, João Amoêdo, Michel Temer, Fernando Collor, Rodrigo Maia e o presidente eleito Jair Bolsonaro. Os candidatos Ciro Gomes, Guilherme Boulos, Fernando Haddad, João Goulart Filho, Manoela D’ávila e Marina Silva foram incluídos na “não direita”. O ex-presidente Lula foi considerado de forma separada em virtude do peso que ocupou nas pesquisas, mostrando ser um candidato determinante para definir as eleições. Nos resultados com Lula, observamos que a esquerda possui um espaço mínimo nas

intenções de voto, com apenas 8%, enquanto Lula sozinho lidera as preferências com 27% dos votos, 7% a mais do que receberam os candidatos de direita, com 20%.

Dessa forma, o remanejamento dos votos direcionados a Lula em um cenário em que o ex-presidente não aparece como candidato é determinante para definir o resultado das eleições e entender o comportamento do eleitor. No quadro, temos que apenas 10% do eleitorado, que antes votava em Lula, continua seguindo a mesma vertente ideológica e votando em candidatos de esquerda (“não direita”). Enquanto isso, 5% dos eleitores passam a votar na direita e 12% não sabem se posicionar em um cenário em que Lula não é opção. Com isso, 17% dos eleitores, que antes votavam em Lula, não permanecem fiéis à esquerda, demonstrando que o espaço que essa vertente ideológica ocupava entre as preferências eleitorais passadas não estava centrada em si mesma, mas sim na figura de Lula.

A esquerda não tinha tanta força como se supunha, o espaço que alcançou foi através de um representante que conseguiu alcançar um público diverso, isto é, que além de incluir pessoas da esquerda, trouxe também pessoas de outras vertentes ideológicas. Isso fica claro quando observamos o baixíssimo percentual que a esquerda isoladamente ocupa em um cenário com Lula e, além disso, o pouco que consegue atrair das pessoas que antes votavam em Lula, em um cenário sem ele (apenas 10%). Assim, a esquerda sem Lula tem pouca relevância.

Existe uma parte do eleitorado que permanece fiel e seguindo uma lógica coerente entre voto e ideologia, são os que estão em negrito no quadro exposto acima. Ou seja, 19% do eleitorado vota na direita e 7% permanece votando na “não direita” tanto em um cenário com Lula quanto em um cenário sem o candidato, chegando muito perto do total de cada percentual. Porém, são números baixos quando comparados ao grande percentual que não soube se posicionar: 45% em um cenário com Lula e chegando a 55% quando o ex-presidente não aparece como opção. O baixo nível de “fidelidade ideológica”, apenas 26% somando os eleitores da esquerda e da direita, junto aos 17% dos eleitores que votariam em Lula mas não votam na esquerda, demonstram que as preferências ideológicas pouco influenciam o voto.

Lembrando que, no ano de 2018, o percentual de eleitores que não se identificavam em nenhum ponto da escala ideológica chegou a 39%, como já visto anteriormente (figura 2). Somado a isso, os 55% do eleitorado que não atribuiu seu voto a nenhum candidato demonstram o baixo nível de identificação política, partidária e ideológica dos eleitores com

relação aos candidatos disponíveis. Além disso, o fato de as pessoas que se posicionam estarem em sua maioria à esquerda do espectro ideológico (figura 2) não coincide com os resultados mostrados no quadro acima, onde os candidatos de direita superam os votos recebidos pela “não direita”. Portanto, o voto parece obedecer mais aos níveis de conservadorismo da população do que às suas preferências ideológicas. É possível comprovar tal afirmação analisando estatisticamente os resultados obtidos, como mostrado abaixo.

FIGURA 5 – MODELO ESTATÍSTICO PARA A RELAÇÃO ENTRE CONSERVADORISMO, IDEOLOGIA E VOTO

	<i>Dependent variable:</i>				
	candidato_ideologia_direita_a		candidato_ideologia_direita_b		
	Com Lula	Sem Lula	Sem Lula	Sem Lula	Sem Lula
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)
conservadorismo	2.416*** (0.138)		2.169*** (0.127)		
ideologia		1.902*** (0.082)		1.734*** (0.076)	
candidato_ideologia_direita_lulaLula					0.013 (0.206)
candidato_ideologia_direita_lulaNão direita					0.007 (0.284)
candidato_ideologia_direita_lulaSR					0.003 (0.259)
Constant	0.292*** (0.063)	0.341*** (0.051)	0.414*** (0.057)	0.476*** (0.047)	16.242*** (0.179)
Observations	2,130	2,130	2,130	2,130	2,130
Log Likelihood	-1,214.635	-1,204.381	-1,335.724	-1,328.284	-639.502
Akaike Inf. Crit.	2,433.269	2,412.763	2,675.447	2,660.568	1,287.005
<i>Note:</i>					*p<0.1; **p<0.05; ***p<0.01

FONTE: Estudo Eleitoral Brasileiro (ESEB).

Observamos que, sem Lula, o coeficiente de conservadorismo é igual a 2,169 e de ideologia 1,734, enquanto com ele os números chegam a 2,416 e 1,902, respectivamente. Portanto, o modelo acima comprova que nos dois cenários (com Lula e sem Lula) o nível de conservadorismo do eleitor é mais determinante para o voto do que sua ideologia. Além disso, o akaike information criterion (AIC) mostra a qualidade do modelo estatístico em ambas as situações. Os números serem mais altos no cenário em que Lula não aparece como candidato, demonstram que o modelo é mais confiável nesse caso. Ou seja, os níveis de conservadorismo e ideologia coincidem mais com o voto no caso em que Lula não é uma opção, pois sendo o ex-presidente capaz de atrair os mais diversos setores da população, torna-se mais difícil explicar o voto a partir da ideologia ou do nível de conservadorismo do eleitor.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar se a eleição de um candidato de direita e conservador para a presidência da República, após quase duas décadas com o Partido dos Trabalhadores (PT) no poder, traduziu um realinhamento ideológico da população brasileira. Para isso, fez-se uma breve retrospectiva do sistema político brasileiro do período pós-redemocratização, observando a forma em que os partidos, candidatos e eleitores se comportam. A partir disso, foi possível entender em que medida a ideologia afeta a escolha do eleitor e se é realmente um fator determinante para o voto. Vimos que a alta fragmentação do sistema partidário e a falta de instrução de boa parte do eleitorado (Carreirão, 2007a) dificulta o estabelecimento de laços partidários (Gimenes et al., 2016) e o posicionamento dos atores no espectro ideológico, criando um eleitorado com baixo nível de identificação partidária e ideológica.

Com isso, temos que os eleitores brasileiros não são fortemente ligados a um líder, partido ou ideologia. As preferências ideológicas possuem pouca influência no voto (Singer, 1999) e, por isso, é pouco confiável para traduzir as motivações do eleitorado. Isso fica claro quando consideramos a grande porcentagem dos eleitores que não responderam ou não souberam responder à pergunta do auto posicionamento ideológico. Nos anos 2010, 2014 e 2018 os valores foram 45%, 44% e 39%, respectivamente. Ou seja, quase metade dos eleitores não se identificaram em nenhum ponto da escala ideológica, o que demonstra a falta de interesse, identificação ou conhecimento político do eleitorado brasileiro.

O nível de fragmentação das legendas partidárias pode contribuir para a confusão no momento da auto localização. Um exemplo é o Partido dos Trabalhadores (PT), pois mesmo tendo a maior bancada da Câmara, ocupa pouco mais que 10% do total de cadeiras. Ou seja, mesmo sendo o partido com o qual as pessoas mais se identificam, o seu nível de representação é muito baixo quando comparado ao sistema político como um todo. Com isso, há uma dificuldade por parte do eleitor em tomar conhecimento do processo político como um todo e sua baixa sofisticação política e cognitiva (Maciel et al., 2017) dificulta ainda mais o estabelecimento de laços partidários (Gimenes et al., 2016).

No geral, os resultados confirmam a ausência de identificação ideológica de uma parcela significativa da população. Além disso, as pessoas que responderam não mostraram coerência entre sua posição ideológica e a escolha de um candidato. Em 2010, ano em que o

Partido dos Trabalhadores (PT) estava mais forte, com a sucessão de Lula por Dilma Rousseff, é também o ano em que a mediana esteve mais à direita da escala comparado às outras eleições, com pico na extrema direita. Enquanto isso, no ano de 2018, onde ocorreu o “fenômeno” Bolsonaro e a eleição de um candidato conservador para a presidência, o número de eleitores que se localizaram à extrema direita e à direita diminuiu e a mediana esteve pela primeira vez à esquerda do centro, com pico isolado.

A falta de coerência entre auto posicionamento ideológico e níveis de representação de cada partido significa que os eleitores votam em determinados partidos ou candidatos independentemente da ideologia que escolhem para si. Isso fica claro quando observamos a composição da Câmara: os deputados em sua maioria sempre se localizaram à direita do espectro ideológico, mesmo nos anos em que o PT ocupava a presidência da República e com o partido sendo a maior bancada da Câmara em todas as legislaturas em questão. Ou seja, o eleitor brasileiro em sua auto localização caminhou para a esquerda nas últimas legislaturas, ao mesmo tempo que elegeu deputados em sua maioria de direita e conservadores. A partir disso, constatamos que a composição da Câmara obedece não ao auto posicionamento do eleitorado, mas sim às variáveis que demonstraram o seu alto nível de conservadorismo.

O eleitorado é conservador independentemente do seu auto posicionamento e do que entende por ideologia. Por isso, o Congresso Nacional também é conservador, o que confirma a suposição de Maciel, Alarcon e Gimenes (2017) sobre o avanço das pautas de direita no Brasil, através de pensamentos radicais e conservadores que permeiam tanto representantes quanto representados, que estaria dando espaço para uma “direita orgulhosa”, ao contrário da “direita envergonhada” (Pierucci, 1987) que até então fazia parte do cenário político brasileiro. A partir desses resultados, buscamos entender, enfim, como o eleitor se comporta com relação ao voto para presidente da República.

Vimos que as duas décadas em que um partido de esquerda (PT) esteve na presidência não significa que o país esteve banhado por um eleitorado majoritariamente de esquerda. A força da esquerda esteve centrada na figura de Lula, que alcançou apoio dos mais diversos segmentos na época em que esteve no governo, fazendo com que sua sucessora Dilma Rousseff herdasse tal apoio e mantivesse o partido no poder. Com os escândalos de corrupção e o mau desempenho do governo, o Partido dos Trabalhadores (PT) perdeu credibilidade. Isso fica claro quando observamos o pouco que a esquerda consegue atrair das pessoas que antes

votavam em Lula, em um cenário sem ele (apenas 10%). Assim, a esquerda sem Lula tem pouca relevância.

Com isso, constatamos que o espaço que a esquerda alcançou foi através de um representante que conseguiu atrair um público diverso, isto é, que além de incluir pessoas da esquerda, trouxe também pessoas de outras vertentes ideológicas. Mais uma vez, vemos que a ideologia não é determinante para o voto do eleitor brasileiro, pois além de 39% dos eleitores não se identificarem ideologicamente, aqueles que se identificam não necessariamente escolhem seu voto pela ideologia. Além disso, 55% não atribuiu seu voto a nenhum candidato à presidência, demonstrando o baixo nível de identificação política, partidária e ideológica dos eleitores com relação aos candidatos disponíveis

Em resumo, temos um eleitor não engajado politicamente. Os modelos mostram que o nível de conservadorismo da população explica mais C, pois a ideologia não é determinante e quase metade do eleitorado sequer é capaz de se auto identificar na escala esquerda-direita. Ou seja, a declaração sobre ideologia não leva em conta o nível de conservadorismo, mas este é o que mais explica o voto de acordo com os modelos estatísticos aqui apresentados. O eleitorado brasileiro é conservador e “de centro”, pois não está arraigado em preferências ideológicas bem definidas (Singer, 1999), mas sim ao que cada candidato representa, independentemente de sua ideologia ou partido.

As pesquisas mostram que Lula teria vencido caso tivesse sido candidato, mas que seu substituto Fernando Haddad (PT) não teria recebido um percentual suficiente de intenção de votos para ganhar as eleições. Nesse caso, a direita aparece muito a frente da esquerda e foi o que de fato aconteceu, com a eleição de Jair Bolsonaro para a presidência da República. Porém, vendo o apoio de diversas frentes a Lula, que tornou sua presença ou ausência determinantes na pesquisa, e comparando com Bolsonaro, vemos que este não se igualou a Lula, pois os resultados para a direita estão bem abaixo quando comparados aos resultados das pesquisas com Lula.

Sendo assim, Bolsonaro não foi símbolo de uma onda conservadora que se instalou no Brasil. O comportamento do eleitor brasileiro e suas preferências políticas não mudaram significativamente quando comparados com legislaturas anteriores. A ascensão de uma direita conservadora representou algo que já fazia parte da população, mas que nas últimas eleições encontrou um representante, Jair Bolsonaro. As motivações que levaram os eleitores a eleger

um candidato totalmente oposto aos seus antecessores já estavam presentes quando analisamos o alto nível de conservadorismo do eleitorado e o posicionamento ideológico dos representantes eleitos na Câmara nas três últimas legislaturas.

A explosão repentina de um partido de direita significa, então, que houve uma oferta para um público que já existia. Não se pode afirmar que há uma onda conservadora no Brasil, pois os eleitores que elegeram Bolsonaro possuem motivações além de sua ideologia, assim como os lulistas que mantiveram o PT no poder durante mais de uma década. O que podemos dizer é que a eleição de Bolsonaro obedece ao nível de conservadorismo da população, assim como os representantes eleitos na Câmara. A diferença é que a composição da Câmara já é majoritariamente conservadora desde legislaturas anteriores, mesmo com o Partido dos Trabalhadores (PT) à frente do Executivo. Por outro lado, foi somente nas eleições de 2018 que essa direita conservadora conseguiu ir além e lançar um candidato que representava o que já estava presente no eleitorado brasileiro, elegendo Jair Bolsonaro (PSL) para a presidência.

Portanto, temos que a preferência ideológica do eleitor brasileiro não é capaz de explicar um fenômeno político como esse, pois os níveis de identificação ideológica são baixos em decorrência do sistema político altamente fragmentado e da falta de instrução da população. Apesar de ter aumentado com o passar dos anos – de 55% em 2010 para 61% em 2018 –, o nível de identificação ideológica ainda é um número pouco confiável. Além disso, o brasileiro não utiliza sua preferência ideológica como critério de escolha para o voto, sendo este muito mais influenciado pelo nível de conservadorismo da população. Por isso, não é possível afirmar que houve um realinhamento ideológico com a eleição de Bolsonaro em 2018, pois além de 39% da população não se identificar ideologicamente, os 61% que se identificam pouco utilizam o seu auto posicionamento como critério de votação.

REFERÊNCIAS:

- Almeida, A., & Young, C. (2001). Ideologia e comportamento eleitoral: evidências de que a ideologia não é importante para explicar o voto. *Paper Apresentado Ao XXV Encontro Anual Da ANPOCS. Caxambu.*
- Ames, B., & Smith, A. E. (2010). *321-325-1-PB.pdf*. 3–38.
- Carreirão, Y. de S. (2002). Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública,*

8(1), 54–79.

Carreirão, Y. de S. (2007a). Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, 13(2), 307–339. <https://doi.org/10.1590/s0104-62762007000200004>

Carreirão, Y. de S. (2007b). Relevant factors for the voting decision in the 2002 presidential election: an analysis of the ESEB (Brazilian Electoral Study) Data. *Brazilian Political Science Review (Online)*, 1(SE), 0.

Carreirão, Y. de S. (2014). O sistema partidário brasileiro: um debate com a literatura recente. *Revista Brasileira de Ciência Política*, 14, 255.

Carreirão, Y. de S., & Barbeta, P. A. (2004). The presidential election of 2002: voting decision in the metro area of São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 19(56), 75–93.

CARREIRÃO, Y., & KINZO, M. D. (2004). Partidos Políticos. *Preferência Partidária E Decisão*.

Castro, M. M. M. de. (1994). Determinantes do comportamento eleitoral: a centralidade da sofisticação política. *RJ: Tese de Doutorado*.

Gimenes, É. R., Furriel, W. O., Borba, J., & Ribeiro, E. A. (2016). *Partidarismo no Brasil: Análise longitudinal dos condicionantes da identificação partidária (2002-2014)*.

Kinzo, M. D. G. (2001). A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo Em Perspectiva*, 15(4), 3–12.

Kinzo, M. d'Alva G. (1992). Eleicao presidencial de 1989: o comportamento eleitoral em uma cidade brasileira. *Dados. Revista de Ciencias Sociais*, 35(1), 49–66.

Maciel, A. P. B., Alarcon, A. D. O., & Gimenes, É. R. (2017). *Partidos políticos e espectro ideológico: considerações iniciais*. 8, 72–88.

Meneguello, R. (1995). Electoral behaviour in Brazil: The 1994 presidential elections.

- Pierucci, A. F. (1987). As bases da nova direita. *Novos Estudos Cebrap*, 19, 26–45.
- Power, T. J., & Zucco Jr, C. (2012). Elite preferences in a consolidating democracy: the Brazilian legislative surveys, 1990–2009. *Latin American Politics and Society*, 54(4), 1–27.
- Rennó, L., & Cabello, A. (2010). As bases do Lulismo: a volta do personalismo, realinhamento ideológico ou não alinhamento? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 25(74), 39–60. <https://doi.org/10.1590/s0102-69092010000300003>
- Samuels, D. (2004). From socialism to social democracy: Party organization and the transformation of the workers' party in Brazil. *Comparative Political Studies*, 37(9), 999–1024.
- Samuels, D. J., & Zucco, C. (2018). Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans. In *Partisans, Antipartisans, and Nonpartisans*. <https://doi.org/10.1017/9781108553742>
- Silveira, F. E. (1998). *A decisão do voto no Brasil*. Edipucrs.
- Singer, A. (1999). *Esquerda e direita no eleitorado brasileiro: a identificação ideológica nas disputas presidenciais de 1989 e 1994*. Edusp.
- Singer, A. (2009). Raízes sociais e ideológicas do lulismo. *Novos Estudos CEBRAP*, (85), 83–102.
- Tarouco, G., & Madeira, R. M. (2015). Os partidos brasileiros segundo seus estudiosos: análise de um expert survey. *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 15.
- TSE. (2019). Repositório de dados eleitorais.
- Wiesehomeier, N., & Benoit, K. (2007). Parties and presidents in Latin America: Data from expert surveys in 18 Latin American countries, 2006-2007. *University of Konstanz, Trinity College Dublin*.

